

URBANIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: APONTAMENTOS PARA ESTUDO DO BAIRRO E DA MEMÓRIA URBANA

Odette Carvalho de Lima Seabra (*)

Falo sobre São Paulo, cidade que em poucas décadas transformou-se em uma das maiores metrópoles do terceiro mundo. Claro que ao abordar a problemática específica de São Paulo, penso as cidades e as metrópoles naquilo que tem de universal. Tenho insistido sobre a mudança de qualidade do fenômeno urbano. Nesse sentido venho propondo que sejam abordados analiticamente os conteúdos da urbanização. Esta cidade como forma, a partir de um certo momento, começou a não comportar os conteúdos que abrigara, e foi ganhando lugar o processo que culmina no fenômeno metropolitano. Resulta que metrópole e cidade não são fenômenos equivalentes porque a metrópole e a síntese contraditória da cidade, e enquanto tal, guarda fragmentos do que envolve: da cidade e dos bairros. Mas em verdade, como realidade contemporânea e preciso compreendê-la e sobretudo trazê-la teoria e ao conceito.

Metropolização e a espacialização do processo de reprodução social, pelo qual se descreve as metamorfoses da cidade. Trata-se de um movimento que articula de diferentes maneiras, os níveis e os momentos da vida social e que ao se territorializar redefine sem cessar o quadro de vida existente. É o processo de adequação das cidades ao ritmo, sentido e necessidades do desenvolvimento desta sociedade urbano-industrial. Como já se tem demonstrado, no estudo das cidades, esse desenvolvimento implicou transformações urbanas de grande monta; as intervenções higienistas, o urbanismo utilitarista e segregador como o dos bairros jardins, dos grandes boulevards e da produção do espaço urbano como suporte de condições gerais sociais de produção, com as grandes obras de engenharia pesada: pontes, viadutos, energia, transportes. É assim que a cidade vai sendo transformada e produzida para ser o locus de acomodação do processo de industrialização e núcleo do processo de modernização da sociedade.

Pode ser banal, ainda, afirmar que a cidade precede a industrialização mas talvez seja ainda necessário fazê-lo para reiterar que o processo de urbanização como impulso necessária dos processos ligados a indústria redefinem a estrutura formal do espaço das cidades. Foi com extraordinária rapidez que a cidade de São Paulo viveu estas metamorfoses sendo a última década do século passado exemplar deste processo.

A população crescia vertiginosamente, formavam-se os cortiços do Bexiga, do Bom Retiro e começavam a aparecer na configuração da cidade os bairros de classe alta. Ao mesmo tempo incipientes atividades industriais iam-se estabelecendo ao longo das ferrovias e se formavam também os bairros operários. Depois formar-se-iam as vilas e os bairros operários. Em suma iam sendo criadas as condições para a estruturação de diferentes mercados: o de trabalho, o de produtos e principalmente o mercado fundiário. Assim iam se entrecruzando na vida cidadina e realizando-se no espaço da cidade muitos e diversos interesses. Com eles iam aparecendo sujeitos sociais e práticas que só a industrialização poderia desencadear.

Desde que se compreenda como avassalador este processo de formação de mercados porque sem cessar vai impondo separações em todos os âmbitos da vida social, compreende-se também o dilaceramento das bases da cidade histórica. E isto faz pensar que a acumulação de riquezas nas cidades, de um modo geral, derivada de circuitos mercantis que constituíam o seu fundamento, estruturou uma sociedade hierárquica tendo no topo uma elite, "os homens de negócio", geralmente ligados ao comércio importador-exportador e circuitos conexos.

Por isso, não se tratou de um movimento inocente e tampouco sem sujeito puramente lógico, que segue por si mesmo. Ao contrário, comportou estratégias. No seu cerne esteve a industrialização de São Paulo, que contou com a atuação de uma burguesia industrialista capaz de tomar decisões, de investir, de transformar a forma da riqueza. Pois que, de origem mercantil-escravista foi assumindo a condição dupla de industrial e rentista em meio a profundas crises de reprodução do escravismo e da cafeicultura. A acumulação mercantil originada nos circuitos econômicos do café permitiu a formação da elite paulista para quem a cidade de São Paulo foi em grande medida, objetivação do seu gosto estético, era uma burguesia "caipira" mas, europeizada.

O movimento que metamorfoseia a cidade histórica produz a metrópole: Uma vasta tecitura urbanizada; aparentemente caótica, numa sucessão de homogeneidades e de fragmentos dispersos. Como descobrir a lógica desta configuração e onde estão seus atores? Onde localizar as opções, as decisões, as estratégias? É preciso chegar ao entendimento.

(*) Professora Doutora do Departamento de Geografia
FFLCH / USP

Mas a cidade é um fenômeno complexo, ela não é primeiro uma coisa depois outra. Pensar a cidade exige a superação de qualquer linearidade de raciocínio. Assim, o dilaceramento da cidade histórica ainda será a sua própria construção por algumas décadas. Foi num movimento tenso que a elite paulista, projetava-se no "seu territ—rio", idealizando e praticando uma imagem da cidade que seria tradução dos valores civilizatórios que fora assumindo no movimento de modernização da sociedade e que, mesmo sem o saber, e em certas circunstâncias querer, levava à frente.

Mas, a cidade histórica, na sua gênese, tem uma realidade fundada numa ordem abstrata de mando que perpassa as práticas sociais no seu conjunto e que se impoe, esforçando-se por aplastar as singularidades dos modos de ser. Trata-se da religião como componente estratégico que foi, do projeto de colonização portuguesa. E é bom que não se confunda religiosidade com religião, institucionalidade emanada do Estado Papal, de Roma. Os historiadores de há muito tempo tem demonstrado, de modo criativo, como índios e negros eram levados à prática do catolicismo. Os negros eram levados à fé cristã, como um horizonte supremo de suas vidas, só que nas capelas e igrejas tinham assento separado, e isto foi levado a tal ponto que os negros convertidos formaram suas próprias ordens religiosas e construíram eles também, suas igrejas.

Em quatro séculos foi formada uma base cultural e social de povoamento ralo na região de São Paulo, de caboclos, segundo o perfil étnico, rústica e religiosa segundo os modos de ser. Essa é a base cultural do caipira de São Paulo.

Mas enquanto a modernização da sociedade "entrava pela cidade", com a imigração, com a luz elétrica, com os bondes e fábricas, ainda permanecia a estrutura do mando que, realizando-se, sobretudo de modo ritual em conformidade com o calendário religioso tinha por suporte material a territorialidade da Igreja. Nas par—quias e freguesias, com suas igrejas e capelas, começava a se fazer confundir o comando da Igreja e do Estado, com o advento da República.

Nos aldeamentos indígenas dos arredores de São Paulo, ficaram encravadas estruturas que permitiram a formação de uma vida de bairro germinadas nas práticas da Igreja que eram sobretudo a das festas religiosas, das romarias e procissões. E, ao mesmo tempo que estes rituais, fortaleciam uma vida gregária, que se constituía a paróquia, também induziam a uma mobilidade espacial dos paroquianos que se deslocavam em função desses eventos por tempo às vezes longo. A festa sempre era de mais de um dia.

Até certa época o Estado, no seu processo de organizar a vida civil, de comandar uma ética-política entre os cidadãos que "nasciam" nesta nova conformação social, precisou dispor da estrutura material-territorial da Igreja. Foram documentos oficiais as certidões de batismo, e os registros paroquiais de propriedade. É por isso que o Estado e a Igreja disputavam ao nível da prática social posição de comando.

A cidade concentrou o poder: era sede do bispado, nível hierárquico da Igreja coordenador das práticas levadas ao nível do vivido que totalizavam a existência do nascimento à morte; era lugar da administração da "coisa pública" que também "ia nascendo" com a República; era lugar de negociar. Era o lugar de convergência de todos os sujeitos sociais envolvidos nas relações e nos conteúdos que lhe davam existência; nela, os homens de negócio são também elite política, e é por isso que também na cidade esteve sempre concentrado o essencial da vida civil, política, e religiosa.

A todos quanto vissem a qualquer distância mas se reconhecessem nela pertença a cidade. A realidade da cidade sempre integrou práticas ordenadoras do tempo e do espaço fundando um forte sentimento de pertencer a uma comunidade. Que se tratasse de uma comunidade de desiguais sustentada, e até mesmo fetichizada no interior de estruturas de dominação com aparatos - rituais e fortemente hierarquizada, isto ficava obscurecido no conjunto das práticas que sustentavam referências simbólicas e operativas dos modos de ser.

A literatura muito já demonstrou que a cidade se traduz numa antítese do campo. A oposição cidade-campo, classicamente tratada, fica nítida exatamente na fase que tende para sua superação. Quando essa oposição diz respeito sobretudo, aos impulsos que o processo de industrialização imprime a estruturação dos mercados e reestrutura os velhos papéis sociais, com mudanças profundas no perfil das famílias, alterando drasticamente os quadros de vida. É assim que se vai produzindo lenta, mas seguramente, uma terceira coisa, o urbano como modo de vida. Este processo também poderia ser discutido como sendo o do embate entre o sagrado e o profano.

O tema da metrópole e da metropolização como processo, é em verdade o da passagem de uma "comunidade simbólica" fundada no ideário difundido a partir da cidade como centro da vida, para uma "comunidade real" sobre a base de uma identificação do cidadão participe de uma comunidade política, condição sine-qua-non da democracia. Mas a comunidade política é apenas uma possibilidade pois, a prática social situa-se, nos limites da democracia

formal centrada no indivíduo. A urbanização é um movimento complexo que aglutina ora em favor, ora contra a formação de uma comunidade política. A urbanização carrega a luta de sujeitos sociais fragmentados, desterritorializados e sempre em vias de o serem, mas que, num plano de necessidades redimensionadas, tem que resolver problemas de sobrevivência, aqueles da existência concreta e cotidiana. Os enfrentamentos são de toda ordem, uns vão contra propriedade imobiliária urbana outros contra o mercado de modo geral. Estas lutas no plano da existência de homens concretos situa-os entre o ser e o não ser: ser cidadão ou não ser nada. Em não sendo cidadãos vivem os impasses que a democracia formal parece não poder resolver

Em perspectiva, recuando no tempo vê-se dois movimentos que devem chegar a uma síntese:

a - um primeiro movimento foi o da propriedade como equivalente de valor, que por mecanismos da renda fundiária fez formação de capital e foi edificando e reedificando a cidade histórica no que implicou os produtos e obras da cidade. A segregação espacial implícita neste processo acomodava nos bairros da cidade os contingentes de trabalhadores urbanos e chegou a distinguir cabalmente o centro, a cidade e o entorno.

b - o segundo movimento é do capital mesmo, que assim gerado ganha autonomia, e na procura de onde desfrutar de rentabilidade maior, vai decretando de um lado obsolescência, e de outro produzindo o "novo" no processo de reprodução do espaço urbano.

Fazer e refazer a cidade acaba por se constituir num grande negócio. Por isso formou-se um forte setor imobiliário urbano que faz da cidade um campo de investimentos e de lucros.

c - a síntese é fazer do que resta, da cidade histórica, um campo de investimentos rentáveis, revalorizando produtos e obras.

Mas a sociedade de mercado generalizado não cessa de introduzir novas necessidades; É por isso que, no âmbito da indústria cultural e do turismo, fragmentos do processo de urbanização são estrategicamente produzidos para realizarem-se como memória, no processo já identificado como de museificação daquilo que restou da cidade histórica.

O velho centro é agora Centro Histórico e como tal insere-se como memória, nos circuitos da indústria da cultura e do turismo. Essa indústria encontrou "seus parceiros" na velha elite patrimonialista e no setor imobiliário que viam, a contra gosto, os novos usos que a "sociedade de massa" estava impondo aos velhos espaços citadinos. É por isso que, estrategicamente as políticas urbanas aparecem como requalificadoras daqueles espaços e que pinçam aqui e ali "produtos-obras" da história urbana, para que como coisas, esses produtos sejam transfigurados em objetos começando integrar novos circuitos de valorização.

Já se estudou este processo abordando as cidades americanas, indicando que a reconstrução-revalorização dos centros das cidades redefine os velhos processos de segregação sócio-espacial: quando chegou a vez dos pobres ocuparem os centros das cidades eles começam ser expulsos.

É nesse sentido que o processo de metropolização tem um elo com a institucionalização da memória. E que a história da cidade e dos seus bairros é valorizada na atualidade.

O bairro: aproximações

Exatamente quando a configuração fragmentada da metrópole é por si mesmo uma evidência, porque na vasta tecitura urbanizada, se sucedem justapondo-se como mosaicos aparentemente desconexos os "territórios de usos", se evoca idéia de bairro para articular práticas, ações e estratégias que se difundem em todas as direções e sentido e que, quando analisadas, revelam os impasses profundos da urbanização contemporânea.

Não será o caso de trabalhar nestas breves notas no desvendamento da problemática teórico conceitual que envolve a noção de bairro. Mas vou traçar brevemente, a compreensão que funda este estudo.

É essencial assegurar que o bairro como espacialização do processo social guarda e corresponde a um âmbito da vida imediata, uma dimensão sociológica tão intensa e extensa que é capaz de definir uma vida de bairro. Na mesma medida que a família era a menor unidade dos grandes grupos, o bairro sempre foi a maior territorialidade desse pequeno grupo que é a família. Na história urbana de São Paulo a Igreja tem primazia na definição da estrutura dos bairros não obstante termos tido os bairros industriais e vilas operárias. É necessário considerar que a grande transformação pela qual passara a cidade ao final do século passado, estudada em detalhes por farta bibliografia, está centrada na presença dos imigrantes italianos, nas atividades da indústria nascente e na formação do mercado imobiliário.

Na cidade predomina uma população de perfil religioso praticante do catolicismo romano, atributo sumamente relevante na consideração da forma urbana: a cidade com seus bairros, estes, via de regra, uma paróquia. Era o desdobramento de São Paulo, antiga cidade de mosteiros.

O pequeno comércio, as oficinas do alfaiate, do sapateiro a escola primária nas proximidades da igreja definem a forma clássica do bairro. Saint Hilaire afirmava que São Paulo lhe parecia uma cidade com algumas cidadezinhas no entorno. Referia-se evidentemente, a São Paulo e seus aglomerados, com suas igrejas. As igrejas são hoje os mais expressivos monumentos das cidades. Elas foram o centro da vida de bairro.

A medida que o bairro positivamente se afirmava, que seus moradores encontravam trabalho, que a vida local aprofundava as práticas de sociabilidade tanto as festas religiosas como a recreação nos clubes de bairro onde estava o futebol, o baile, mais crescia o sentimento de pertencer ao lugar, mais profundos nos seus enraizamentos ficava a vida de bairro. Mas esse movimento que a afirmava também negava o próprio bairro porque a cidade se fazia também cada vez mais presente através da organização de associações, do registro do clube numa federação, da moda, do rádio, da música, do cinema, das práticas médicas: injeções e vacinas. E principalmente pela mudança do perfil das famílias e pela difusão de nexos monetários.

Logo, o bairro e o não bairro vão juntos; e, o não bairro é a fragmentação funcionalização do tempo e do espaço pela formação, difusão e diversificação das estruturas de mercado em geral.

Em relação ao bairro a cidade realiza centralidade histórica: emana ordens, emite comandos, fascina representando, enfim, tudo que é bom e que existe só na cidade. As festas religiosas são maiores, tem vitrines e até iluminadas, todos andam bem vestidos, tem comício político, tem o teatro municipal, a orquestra sinfônica, os monumentos, as obras. Na cidade tudo é obra, a cidade mesma pode se traduzir em obra. As limitações objetivas para que seja ela própria uma obra e assim possa realizar-se estão nas enormes desigualdades sociais que constituem desde sempre seu fundamento. No espaço, a cidade cresce e diversificam-se funções e papéis; as suas estruturas de funcionamento político burocrático, eclesiástico, a partir de um certo momento, congestionam-se por inteiro. Os mercados também se diversificam e ampliam. Os cidadãos, moradores da cidade e dos bairros, seguiriam desdobrando-se nos papéis sociais que a vida moderna jamais cessaria de inventar.

Mas a cidade não acaba. Ela segue pelos produtos e obras que a dignificaram, que sustentaram um sentimento de pertencer, mesmo que grande parte de tais apelos tenham sido ideológicos, porque em verdade viver e desfrutar das representações positivas da cidade foi sempre uma possibilidade mais ou menos restrita socialmente; não obstante, a cidade sempre foi pretendida e querida mesmo a distância.

Assim, em termos lógicos é possível pensar numa simbiose histórica que articula, a cidade e o bairro para depois fundi-los, numa macro-tectura urbana que seriam as grandes periferias urbanas sem nenhuma possibilidade de ainda distinguir a cidade e seus bairros. Confundindo-os.

Vê-se, no entanto, que em termos históricos, a riqueza da cidade continua pelas representações que se faz dela, pela linguagem - código que veicula, tanto que aqui ou ali tais representações podem traduzir-se em termos de presença, os momentos que superam as alienações, nos espaços qualitativos residuais da metrópole (a arte mural dos nossos túneis, os parques, os eventos singulares).

Em termos analíticos as continuidades, as discontinuidades e a simultaneidade dos tempos explicariam portanto: o bairro com perfil quase medieval estruturando modos de ser em pleno anos frementes, os anos vinte modernistas de São Paulo. As continuidades da Igreja por ser instituição modular, por mais de dois mil anos, produziu o bairro como extensão do seu espaço sagrado; mas as discontinuidades do tempo fracionado pelos ritmos da produção faziam confundir os comandos dos sinos com os apitos das fábricas. As descrições sobre este embate enriquecem o nosso conhecimento do fenômeno urbano, da industrialização e da cidade. É preciso analisar a prática espacial como nível e momento da prática social tout-court, porque ela se vai traduzindo numa articulação do nível próximo que é o imediato com o distante, onde estão as modernas instituições ordenadoras do mundo: a Fábrica, o Estado, numa rede sem fim! E, porque o bairro articula e vive na tectura de uma prática espacial específica.

Em suma: decididamente, o conjunto habitacional, o edifício de apartamento, o condomínio fechado não são bairros. Nestes âmbitos as imediatezidades da vida tendem também para ser tecnificadas. As técnicas de uso cotidiano erigem-se como um conjunto de mediações de tal forma que se reduz substancialmente o âmbito da prática concreta. A idéia mais geral a ser assegurada é a de que no plano da vida imediata esteve sempre presente uma dimensão de espaço no entanto a prática espacial implicada na vida de bairro encolhe, diminui e se torna contingente no que resta. Esta é uma evidência do esvaziamento da vida de bairro.

Em verdade na história urbana a espacialidade da vida imediata tende a se restringir; porque é no vivido que se realizam todas as estratégias que conformam a vida social, e que produz e aprofunda uma socialização abstrata da vida.

Lembremo-nos ainda uma vez, o bairro como unidade sociológica relativa nunca definiu a realidade social, mas revelou-se na história urbana como necessário, talvez por isso se tenha afirmado que "sem bairros, como sem ruas pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópoles. Mas não existe cidade". Já foi discutido aqui o quanto é possível relativizar tal assertiva. Mas não se pode ignorá-la.

Ideologia de Bairro

Paradoxalmente, nunca se evocou tanto o bairro como no presente.

1) Existe imprensa organizada para comunicar o Bairro: "são os jornais de Bairro", que cobrem boa parte da Região Metropolitana de São Paulo. As editoriais pinçam aqui e ali, relatos, fotos, objetos, histórias para compor editoriais sumários, em nome do Bairro. Veiculam páginas e páginas de produtos/propagandas. Nada mal, não fosse a institucionalização das lembranças, pois que a história local já dilacerada começa ser veiculada como curiosidade em doses homeopáticas integrando-se assim no mesmo processo que a dissolve. É em verdade uma dimensão da reprivatização da vida privada da qual se ocupou Philippe Aries, estudando a família.

2) Para o histórico bairro étnico, que também se fragmenta, parece haver mais de um caminho:

a) Voltar-se sobre si mesmo. A xenofobia que é a sua maior característica, tende a configurá-lo como gueto.

b) Seguir sem resistir, sem que sejam concebidas estratégias sociais de continuidade. Esta ausência leva a certas simbioses curiosas como nos Bairros do Brás e Bom Retiro em São Paulo. Hoje com a presença marcante de coreanos entre os judeus remanescentes.

c) A produção caricatural do bairro étnico, tradição inventada, da qual é hoje mais evidente em São Paulo, a Liberdade, lugar de compras da comunidade japonesa.

A prática social que expressa, que traduz a vida de bairro coincide quase ponto por ponto com a prática espacial. Seria por isso talvez, que a vida de bairro encontra sua melhor expressão nos estertores da cidade histórica. Seria quando conquistas da modernização poderiam ainda ir retirando a vida das contingências imperiosas dos estreitos quadros de vida, e ainda não a tinham lançado na roda da competição, motor que faz nascer o indivíduo e que o desterra gradativamente.

É preciso analisar a prática espacial como nível e momento da prática social tout-court porque ela traduz uma articulação do nível próximo que é o imediato este da vida, com o distante, o da institucionalidade que organiza: a prática espacial da vida de bairro coincide quase ponto-por-ponto com a prática social - a práxis concreta - da sociedade. Isto porque o bairro corresponde a uma ordem de proximidade destinada a tudo integrar, mesmo sob vigência de comandos contraditórios. Os estudos de sociologia como aqueles de Maria Isaura Pereira de Queiroz insistem em demonstrar a origem rural do bairro, o que ajuda compreender o bairro enquanto âmbito de vida que tende para um movimento centrípeto, a voltar-se sobre si mesmo, como entidade marcada por longas permanências.

No Brasil, o termo bairro quer designar apenas o povoado como foi usado por cronistas e viajantes e não corresponde a uma predicação oficial. Em Portugal os povoados eram as aldeias, como no Brasil a aldeia era a oca indígena, o povoado, a aglomeração recebeu o nome de Bairro, numa evidente discriminação étnica. As cidades têm nas suas áreas de entorno, nos arredores suburbanos, pequenos núcleos que em geral são germinadores de vida de bairro.

Nos arredores de São Paulo, floresceu uma rica e diversa vida de bairro que, gradativamente foi sendo integrada à própria cidade. Contudo um tal movimento que levava a integração progressiva do bairro à cidade já era, a mesmo tempo, a desintegração da vida de bairro. Na sua gênese o bairro constitui um nível organizativo da vida que ao se territorializar vai forjando identidades, sedimentando modos de ser. Sob certas circunstâncias traços profundos da vida bairro, por vezes, conseguem sobre-nadar e com isso permanecem como um caráter da cultura. Que muitos desses caracteres caíam no rol da tradição inventada como analisou Hobsbawm, em nada desdiz este raciocínio. É importante considerar que uma convergência significativa de traços na vida de bairro funda certas mitologias e estas são suportes para novos progressos, para novas histórias

O ritmo e o sentido da vida de bairro vem originalmente da Igreja e é ali, nesse âmbito de reprodução da vida, que se confrontariam, às vezes até de modo sutil, as concepções religiosas e laicas do mundo.

Mas na história da urbanização estão também as vilas operárias, os bairros industriais entre outras modernas formas de ocupar - urbanizando o espaço. Pensar este processo no seu conjunto ajuda compreender a urbanização que vai se configurando na metamorfose da cidade histórica, que engloba os bairros, metamorfoseia a vida de bairro e que recriando as formas (vila operária e o bairro operário) re-introduz o sagrado num processo que é essencialmente de profanar o tempo funcionalizando-o, no limite do impossível, em favor da industrialização.

E isto era possível porque a religião, já operada como atributo da cultura, era vivida como necessidade, e é nesse sentido que a Igreja foi também um componente dos bairros industriais.

O bairro: recurso estratégico

Mas ainda se pode evocar o bairro apenas como um recurso estratégico como ocorre fazer os moradores em bairros que vivem os impactos tanto da fragmentação do espaço como de estratégias imobiliárias. É neste sentido que cabe considerar analiticamente os dois casos singulares de tombamento para preservação do patrimônio histórico ambiental de dois bairros de São Paulo: O bairro do Pacaembu e do Jardim Europa. Por solicitação dos moradores, através de seus representantes, procedeu o CONDPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Ambiental e Turístico, ao tombamento destes bairros com fins de preservação.

Os assim denominados, bairros jardins de São Paulo, formaram uma enorme reserva de valor no portfólio da Companhia City. Através de sua atuação a concepção das cidades jardins foi aqui cuidadosamente transposta, e por todo este século essa companhia seguiu negociando seus lotes. Por dispositivos contratuais, com vigência por cem anos, ficavam os compradores de lotes obrigados às formas de uso especificadas nos contratos de compra e venda. Em verdade como essa companhia estabelecia dispositivos que assegurassem a valorização do seu estoque de terras, sua atuação tem sido um grande mecanismo de controle do uso do espaço da cidade. Estes loteamentos nunca chegaram ter o perfil dos outros bairros. Permaneceram, ao longo da História de São Paulo, mais como loteamentos com um padrão de uso de grande homogeneidade porque foram rigorosamente pensados para determinados extratos de renda. O morar foi sendo concebido voltando-se para dentro: lotes grandes para mais de 600 m²; habitações unifamiliares, resultando em baixa densidade de uso. Veja-se:

Os primeiros bairros-jardins em São Paulo foram empreendimentos realizados pela Companhia City. Formada na Inglaterra na primeira década do século. O Sr. Edward Fontaine de Laveleye, capitalista, banqueiro na França e com diversos negócios no Brasil, foi assessorado pelo diretor de Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo, Victor da Silva Freire, na localização de terrenos na cidade de São Paulo, para formar a companhia imobiliária.

A City adquiriu 12 milhões de metros quadrados de terra nos setores Sul e Sudoeste da cidade.

Em 1915 a Cia. City contratou os responsáveis pela primeira cidade jardim inglesa para projetar o Jardim América. O projeto deste primeiro loteamento definiu um padrão urbanístico para os empreendimentos da companhia, destinados a públicos diferenciados. Os loteamentos do Jardim América, do Pacaembu e do Anhangabau eram para classe de renda mais alta; do Alto da Lapa, Bela Aliança e Alto de Pinheiros destinavam-se a classe média e Vila Romana e Butanta seriam bairros operários.

Berry Parker foi responsável pelo projeto dos bairros Jardim América, Pacaembu, Anhangabau, Alto da Lapa e Bela Aliança.

O bairro do Pacaembu é um loteamento sobre encostas de um vale profundo. O traçado projetado expressa a adaptação às características locais. O menor número possível de ruas, dispostas ao longo das curvas de nível. Com esta concepção foi também traçado o Alto da Lapa. As edificações no Pacaembu seriam com frentes para rua e o fundo do vale seria destinado a uma área verde de lazer comum.

Contudo, em meados dos anos oitenta começou vigorar em São Paulo, uma legislação que abria possibilidade para ser alterada o padrão de uso do solo em determinadas localidades da cidade, mediante uma certa barganha com o setor público. Os empreendedores que se interessassem por construir com coeficientes de uso do solo superiores aos prescritos pela lei de uso e ocupação do solo em vigor, teriam suas pretensões avaliadas, compensando com investimentos em outros setores da cidade. Como por exemplo, construindo moradia popular. Era o que se denominou "Operações Interligadas".

Em consequência moradores do Pacaembu e do Jardim Europa, sentindo-se ameaçados por possíveis investidas do setor imobiliário, inventam e operam para si, a idéia de bairro. Querem preservar o padrão de uso do solo. Eles agem elaborando táticas, antepondo-se aos mecanismos de extração de renda fundiária e enfrentando a atuação estratégica do setor imobiliário. Chega ser até bizarro que evoquem como memória, o traçado das ruas; o aproveitamento da cabeceira do Ribeirão Pacaembu que tão magnificamente acomoda o Estádio de futebol do mesmo nome. Que no Jardim Europa tenha sido tombada a arborização existente no bairro.

Bem, minha hipótese é que quando se evoca o bairro e a vida de bairro se está diante de estratégias. Se assim é, se criam e recriam relações em volta do bairro como discurso e como representação. E, mesmo que essas relações assim originadas se inscrevam numa prática concreta, que se integre aos momentos da vida na sua auto reprodução, elas não têm força de instaurar a vida de bairro.

A sociedade industrial, qualquer que seja sua estrutura econômica e política tende, a perder contato com a vida imediata, com a espontaneidade com o mundo. É por isso que o bairro, e o que dele resta é hoje muito mais um fragmento da metrópole. É necessário estudar analiticamente e demonstrar este processo.

POST SCRIPTUM - PRÁTICA ESPACIAL: UM CONCEITO OPERATÓRIO

1 - generalização necessária

Afirmar que prática espacial "não é levar menino à escola" deixa-nos a meio caminho da compreensão das noções implicadas no conceito. E, em matéria de conceito só a desconstrução seguida pela reconstrução correspondente, permite compreendê-lo e, mais do que isso, operá-lo com alguma propriedade. Essa operação é regressiva porque o conceito vem da filosofia para se realizar no conhecimento como nível da práxis.

Sabe-se que a prática social tout court, refere-se a práxis como processo total, um fluxo de História que integra desde sempre tempo e espaço no sentido do devir. A direção e o sentido desse movimento tem sido para o homem genérico ou para humanidade, uma possibilidade de auto-construção positiva, com as mais amplas possibilidades de inserir-se e relacionar-se conscientemente com a natureza que lhe é exterior e com a sua própria natureza que lhe é interior, orgânica. Descreve-se assim um processo de construção da humanidade do homem por ele mesmo. Isto é a práxis.

A antropologia com justeza tem mostrado que não se trata de um processo revestido de linearidade. Pois, ainda que o homem neolítico tenha tido, em termos gerais, mais amplas condições de estar no mundo do que aqueles que viveram em hordas, isto não autoriza desconsiderar regressões, coexistências, mas o certo é que existem transformações que conferem positividade a História humana porque a consciência do mundo, os saberes, as habilidades progredem e seguem acumulando-se no sentido da construção de um mundo humano. Isto é uma evidência para o bem ou para mal.

Trata-se em verdade de uma história que se inscreve em dois planos: o do fazer como habilidade e o do pensamento como capacidade de abstrair e com isso produzir representações do mundo as quais também passam a integrar a materialidade do mundo, é um processo sem fim no qual o pensamento abstrato ganha materialidade e assim as representações entram novamente no fazer o mundo.

Toda sociedade teve e tem uma prática espacial porque o espaço integra desde sempre dimensões essenciais, existenciais.

Os índios do médio Amazonas referem-se ao terreno sobre o qual vivem, nos mínimos detalhes, deslocando-se sobre ele realizam as suas habilidades ancestrais e representam-nas para si mesmos. Tem uma prática social como se sabe, a do grupo a que pertencem; o conjunto dessas práticas estão em estreita relação com as condições do meio natural por isso as práticas de espaço correspondem, quase ponto-a-ponto a prática social. Ou seja as

representações que perpassam o plano do vivido estão relacionadas com as necessidades do grupo e com os atributos materiais do lugar, dos seus territórios.

Mas entre o homem neolítico e o homem social da sociedade ocidental moderna, ou pós-moderna, que seja, está quase toda história humana. No entanto foi essencial apropriar-se de um espaço, essencial no passado como é essencial no presente. A relação homem-natureza equivale-se no presente a relação sociedade-natureza.

Enquanto para aquele homem tribal o mundo material no qual realizava suas habilidades era uma "vastidão disponível", não obstante tivesse ele também que demarcar seu território, o homem da modernidade vive muito mais representações acumuladas que sintetizam habilidades e saberes cada vez mais delimitados e circunscritos, fenômeno reconhecido como sendo "divisão social do trabalho". A prática social da modernidade. E, tende para ser uma prática teórica porque os sujeitos sociais da modernidade vivem o tempo e o espaço dividido, parcelado, conforme as necessidades da vida social, mas, não se reconhecem não se sabem como sociais, logo, vivem o mundo como abstração.

É assim que o desenvolvimento dos sentidos traduzem uma história na qual crescem as representações, ou seja, o mundo das abstrações teóricas cresce e encolhe o fazer, as habilidades do fazer.

2 - aproximação suficiente

Em termos da prática espacial da modernidade tem-se os espaços de representação que são de domínio público: (ruas, praças, praias, bosques, campos...) e também de domínio privado, tal como o espaço do habitar. A experiência de espaço na modernidade vai sendo reduzida ao âmbito do privado mas ela continua essencial porque são as práticas do espaço ao nível do vivido incluindo o que se denomina público e privado, que permitem as apropriações de tempo. E, os espaços de representação como campo de experimentação permitem que se exercitem habilidades, conhecimentos em interações previstas e imprevistas, constituem o teatro da vida; integram à vida por significações e sentidos. Considerando-se o âmbito do vivido, do existencial, quer seja no domínio público como no privado, quem usa o espaço pode também o conceber. São os usuários que conforme suas necessidades e desejos redefinem trajetos, projetos porque podem abstrair a forma e produzir para si, apropriando-se! Mas não o fazem livremente. Fazem-nos enquanto pertencentes a uma sociedade. Fazem-no em grande medida sob coações.

Qualquer que seja a complexidade histórica a ser vivida, quando se concebe espaço, como "espaço público, no seu fundamento e justificativa tem que conter alguma apropriação possível. Por isso as representações do espaço têm que, necessariamente criarem, espaços de representação, logo é do maior interesse discernir na Geografia das cidades como se representa a vida. Como ocorre apropriação no sentido mais genuíno, mais amplo, mais denso que é a fruição dos sentidos, por sobre espaços concebidos.

Igualmente se coloca essa questão para o espaço do habitar. Bachelard dizia que o homem habita em poeta porque o modo de usar o espaço apropriado para morar traduz uma interação do sujeito que habita moldando seu espaço. Afinal chega-se a questão; como se pode compreender o movimento que privatiza o espaço de representação que é em princípio pública. Conforma-se como espaço público e com isso delimita-se e até se exclui a apropriação; - inversamente como compreender e publicização do espaço privado?

As bases para uma tal discussão estão no elementos específicos do espaço, da técnica, da política, da ciência e da cultura, numa formação específica. É nesse sentido que formula-se aqui uma aproximação de método para operar com o conceito de prática espacial:

Os espaços de representação constituídos, vão sendo definidos, com e sobre a generalidade do mundo dado. Este mundo dado é objeto de pensamento e de ação a tal ponto que se pode pensar nas concepções de espaço as quais se fundam nas representações do espaço. Voltando ao nosso exemplo, sabe-se que o índio do médio Amazonas tem muita habilidade de lidar com seu espaço de conhecê-lo e experimentá-lo, mas tem mais dificuldade de abstrair-lo para conceber sobre o espaço, assim mesmo o faz. Conceber um espaço é elaborar uma representação do espaço como já assinalado. É aquilo que geralmente fazem arquitetos, urbanistas, engenheiros pois que praticam suas concepções e habilidades do fazer no espaço segundo concepções de mundo, de escolas, projetos, estratégias. É na dialética das representações do espaço e espaços de representações, consideradas em qualquer que seja o nível da prática espacial, que se discute a produção do espaço de um ponto de vista materialista e dialético.

Trabalhos importantes dedicaram-se a analisar a apropriação possível no interior de concepções de espaço traduzidas em projetos. Estudou-se como as práticas espaciais ficavam condicionadas pelos projetos, como na prática se transgride os projetos e, finalmente como uma representação do espaço delimita um espaço de representação.

Na dialética que combina contraditoriamente os espaços de representação às representações do espaço se inscreve a técnica, a ciência, a política e a cultura (entendida aqui como modo de ser inconsciente que inconscientemente se reproduz). Por isso quando se concebe um espaço, para transformá-lo de um ponto de vista científico e técnico e desde que a ciência tem por desígnio servir este processo de essência humana, as representações do espaço têm necessariamente que promover, qualificando os espaços de representação.

A pesquisa, o conhecimento geográfico tem que estar situado entre aquilo que se concebe e aquilo que se realiza tem que revelar os encontros e sobretudo os desencontros, aquilo que fica entre a intenção e o gesto. Isto quer dizer que as representações do espaço se materializam em produtos os quais entrando na dialética da vida, conduzem-na a um nível mais alto, como materialidade pensada. Assim concebidos constituem-se os espaços de representação para serem novos âmbitos de experiências e práticas. É nesse sentido que a apropriação como desfrute, como gozo e prazer desinteressado se constitui em critério, até mesmo parâmetro para que se considere os produtos e obras da cidade.

É essencial considerar que a dialética espaço de representação-representação do espaço como formulação lógica, tem que ser operada à luz da história concreta. Por isso que a apropriação tem que ser relacionada à propriedade e a opressão, sob circunstâncias históricas.

Logo fugir das ontologias é possível e até necessário basta considerar que a história fornece os dados e que a lógica dialética como processo de raciocínio e método pode orientar a compreensão desse processo.

Por isso a prática espacial destes povos do médio Amazonas é quase literal. Ela se elabora no pensamento, na consciência e se realiza "imediatamente" como atividade prática; assim, a vida está bem próxima dos ritmos sentidos dados pelo mundo natural. A história humana é a história dessa separação na qual se desenvolve a vida como imediateidade.

A prática espacial do homem da modernidade é exatamente o contrário. Pois, o homem genérico é agora um ser social mais determinado. Tem uma história, a sua, que se esclarece como singular na totalidade a que pertence. Os espaços de representação (plano das experiências do vivido como espontaneidade) são redefinidos pela lógica que concebe, organiza, produz os espaços sociais como artefatos, tendo por base as representações do espaço, como o concebeu o urbanismo, a engenharia pesada, o loteadores, planejadores até o presente. Mas não existe cientificidade, nem produção espacial que possa aplacar a vida. No uso do espaço se recolocará uma apropriação possível. Num nível superior, mais sintético. Temos que discuti-la como âmbito da contradição: apropriação, propriedade e opressão, chega-se assim a política do espaço.

No mais, o ato prático de levar menino à escola pertence a generalidade do processo que integra espaço-tempo sociais.